

que a servidora em questão é ocupante de cargo isolado, fato impeditivo da requisição em tela. Quanto ao Projeto Biometria 2019/2020, assinalou a possibilidade de pactuação de termo de cooperação com a Prefeitura Municipal para cessão de servidores municipais visando ao reforço da mão de obra nos cartórios eleitorais no período da realização do referido projeto.

18. O Diretor-Geral, por sua vez, encaminhou o procedimento administrativo para apreciação desta Presidência (doc. PAD nº 096720/2019).

19. **É o relatório. Passo a considerar.**

20. *In casu*, **sob o prisma da estrita legalidade**, é indubitável a existência de impedimento legal que impossibilitaria a efetivação da prorrogação de requisição da servidora Francisca Valdirenes Cavalcante Vieira, qual seja, a natureza do cargo isolado por ela ocupado no órgão de origem, o que está em dissonância com o que preceitua o art. 8º da Lei nº 6999/82; art. 2º, § 1º, I, da Resolução TSE 23.523/2017 e art. 5º da Resolução TSE nº 23.523/2017; e a recente manifestação da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral por meio do Ofício nº 5449 SEATEC/COTEJUR/SGP (doc. 156325/2018).

21. Contudo, **o retorno imediato** da servidora a seu órgão de origem **causaria prejuízos expressivos** à continuidade dos serviços relevantes atualmente realizados no cartório, seja em razão da ausência de servidor efetivo na zona eleitoral; seja porque a servidora Francisca Valdirenes Cavalcante Vieira já se encontra habituada às rotinas de trabalho cartorário.

22. Diante dessas circunstâncias, **e por se tratar de cartório do interior do estado do Amazonas**, que, como sabido, vem sofrendo com um quadro manifestamente deficitário de servidores, fincado nos princípios da continuidade do serviço público, da eficiência e da proporcionalidade e, com fundamento no Parecer nº 136/2019 – SEINP/COPES/SGP (doc. 091340/2019), cujas razões adoto como razão de decidir, **AUTORIZO excepcionalmente a prorrogação da requisição da servidora FRANCISCA VALDIRENES CAVALCANTE VIEIRA, pertencente à Prefeitura Municipal de Eirunepé/AM, ora lotada na 11ª Zona Eleitoral, pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 05.06.2019.**

23. Ressalto que, durante esse período, a Zona Eleitoral interessada deverá providenciar a requisição de novel servidor em substituição a atual, considerando que **esta Presidência não mais prorrogará a requisição em questão**, mormente porque concedido prazo razoável para que todas as providências sejam adotadas sem a ocorrência de prejuízo a esta Corte Eleitoral.

24. Na oportunidade, aprovo a minuta de ofício, que segue numerada e assinada eletronicamente.

25. Ao Gabinete, para publicação no DJE e comunicação ao Juízo Eleitoral interessado.

26. Após, à SGP, para regular prosseguimento.

Manaus/AM, 30 de agosto de 2019.

(assinatura eletrônica)

Desembargador **JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES**

Presidente do TRE/AM

Portaria

Portaria n. 589/2019

Suspender o expediente administrativo no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas nos dias 06 de setembro de 2019, e dá outras providências.

O PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO, DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVII, do art. 18 do Regimento Interno,

CONSIDERANDO o disposto no art. 96, inciso I, alínea "b", da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o feriado estadual do dia 05 de setembro, em que se celebra a elevação do Amazonas à categoria de Província, nos termos da Lei Promulgada nº 25, de 09 de dezembro de 1977;

CONSIDERANDO a data comemorativa da Independência do Brasil, feriado nacional instituído pela Lei n. 662, de 6 de abril de 1949;

CONSIDERANDO, ainda, o tratamento dispensado por outros órgão da Justiça, em especial o Tribunal de Justiça do Amazonas (Portaria n. 2712/2018) e o Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (Resolução Administrativa n. 292/2018),

RESOLVE:

Art. 1º Suspender as atividades judiciárias e administrativas no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas no dia 6 de setembro de 2019.

Art. 2º INFORMAR que ficam automaticamente, prorrogados para o dia 09.09.2019 (segunda-feira) os prazos que porventura devam iniciar-se ou terminar na data de 06.09.2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor com sua publicação.

Manaus, 02 de setembro de 2019.

Desembargador ARISTÓTELES LIMA THURY

Presidente do TRE/AM, em exercício

CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

(NÃO HÁ PUBLICAÇÕES NESTA DATA)

PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL

(NÃO HÁ PUBLICAÇÕES NESTA DATA)

DIRETORIA-GERAL

Atos do Diretor

Portaria

Portaria n. 586/2019

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando o disposto no inciso XXIII, do art. 1º, da Portaria TRE/AM nº 760, de 31.08.2014,

considerando a decisão proferida no doc. nº 100832/2019, do Processo Administrativo Digital - PAD nº 10611/2019;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ao servidor EDERSON DE OLIVEIRA NOGUEIRA, Técnico Judiciário, Chefe da Seção de Conservação de Serviços Gerais/COSEG/SAO, Suprimento de Fundos no valor de R\$ 8.600,00 (oito mil e seiscentos reais) para o pagamento de despesas de pequeno vulto, sendo R\$ 3.000,00 (três mil reais) referente a Material de (ND 33.90.30) e R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais) com Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica (ND 33.90.39), com fulcro no Art. 1º, Inciso I, da Resolução TRE/AM nº 14, de 30.08.2016, à conta da ação de Julgamento de Causas e Gestão Administrativa — no Estado do Amazonas - P.T - 02122057020GP0013.

Art. 2º Fixe-se o prazo de aplicação em 90 (noventa) dias a contar do crédito em conta especial do suprido, e o prazo de prestação de contas em 15 (quinze) dias, a contar da data do término do período de aplicação.

Manaus, 30 de agosto de 2019.